

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**LUÍS OTÁVIO ANDRADE MARQUES**

**A RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL–CHINA ENTRE 2009 E 2024: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS PARA A INSERÇÃO BRASILEIRA**

**VARGINHA/MG**

**2025**

**LUÍS OTÁVIO ANDRADE MARQUES**

**A RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL–CHINA ENTRE 2009 E 2024: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS PARA A INSERÇÃO BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria .

Orientadora: Profa. Dra. Nildred Stael Fernandes Martins  
Coorientadora: Profa. Dra. Alinne Alvim Franchini

**VARGINHA/MG**

**2025**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Campus Varginha

Marques, Luís Otávio Andrade .

A RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA ENTRE 2009 E 2024:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INSERÇÃO BRASILEIRA / Luís  
Otávio Andrade Marques. - Varginha, MG, 2025.

47 f. : il. -

Orientador(a): Nildred Stael Fernandes Martins.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) -  
Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2025.

Bibliografia.

1. Comércio Internacional. 2. Cadeias Globais de Valor. 3. Estrutura  
Produtiva. I. Martins, Nildred Stael Fernandes, orient. II. Título.

**LUÍS OTÁVIO ANDRADE MARQUES**

**A RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL–CHINA ENTRE 2009 E 2024: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS PARA A INSERÇÃO BRASILEIRA**

O presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria.

Aprovado em 16 de Dezembro de 2025.

Profa. Nildred Stael Fernandes Martins



Documento assinado digitalmente

**NILDRED STAEL FERNANDES MARTINS**

Data: 18/12/2025 07:34:01-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Alinne Alvim Franchini

Prof. Bernardo Pádua Jardim de Miranda

Profa. Fabiane Fidelis Querino

Dedico o presente trabalho à minha mãe, Dulcelina (in memoriam), que me ensinou a contar nos dedos e a valorizar a justiça e a humildade acima de qualquer título. Ela sempre me disse que a educação me levaria longe. Sua força e memória estarão para sempre em meu coração.

## RESUMO

A relação comercial entre Brasil e China ganhou destaque nas últimas décadas e passou a desempenhar papel central na dinâmica econômica brasileira, sobretudo pela forte presença de bens primários nas exportações brasileiras e de manufaturas nas importações oriundas da China. Nesse cenário, compreender como essa interação se insere nas Cadeias Globais de Valor e quais implicações traz para a estrutura produtiva nacional torna-se fundamental, especialmente diante das transformações recentes da economia mundial. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do comércio bilateral entre Brasil e China, considerando também o posicionamento de cada país nas Cadeias Globais de Valor e o grau tecnológico dos produtos comercializados de 2009 a 2024. Para isso, utilizaram-se dados de comércio exterior e indicadores tecnológicos, analisados por meio de métodos estatísticos descritivos e interpretação comparativa. Os principais resultados revelam que, embora o Brasil obtenha ganhos relevantes com a exportação de commodities, esse padrão reforça a especialização primária e amplia a dependência de produtos industriais chineses, dificultando o avanço em setores mais complexos. Além disso, os dados mostram que as importações provenientes da China se concentram em bens de média e alta tecnologia, o que evidencia um descompasso produtivo entre os países. De modo geral, o estudo indica que, apesar dos benefícios econômicos de curto prazo, a relação comercial atual desafia o Brasil a fortalecer sua base industrial e tecnológica para mitigar vulnerabilidades e se firmar na nova configuração geopolítica global.

Palavras chaves: Comércio Internacional, Cadeias Globais de Valor, Estrutura Produtiva.

## **ABSTRACT**

The commercial relationship between Brazil and China has intensified over recent decades, becoming a central component of Brazil's economic dynamics, especially due to the predominance of primary goods in Brazilian exports and manufactured products in Chinese imports. In this context, understanding how this interaction is embedded within Global Value Chains (GVCs) and its implications for Brazil's productive structure is essential, particularly amid recent transformations in the world economy. This study analyzes the evolution of bilateral trade between Brazil and China from 2009 to 2024, considering each country's position within GVCs and the technological classification of traded products. Using foreign trade data and technological indicators, examined through descriptive statistical methods and comparative interpretation, the results show that although Brazil benefits economically from commodity exports, this pattern reinforces primary specialization and deepens dependence on Chinese industrial goods, limiting progress in more complex sectors. Moreover, findings indicate that Chinese exports to Brazil are concentrated in medium- and high-technology goods, revealing a significant productive gap between the two economies. Overall, the study suggests that, despite short-term economic gains, the current trade configuration challenges Brazil to strengthen its industrial and technological base in order to reduce vulnerabilities and better position itself within the emerging global geopolitical landscape.

**Keywords:** International Trade, Global Value Chains, Productive Structure.

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2- REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>8</b>
2.1- TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	8
2.2 - ESTRUTURALISMO .....	11
2.3- NEOESTRUTURALISMO .....	15
2.4 - NOVO DESENVOLVIMENTISMO .....	17
2.5- CADEIA GLOBAL DE VALOR .....	19
2.6- REVISÃO DE LITERATURA: RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL CHINA.....	21
<b>3 - PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>24</b>
<b>4 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>25</b>
4.1- PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL.....	25
4.2- DINÂMICA DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASIL-CHINA .....	28
4.3- PARTICIPAÇÃO BRASIL- CHINA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALORES.....	33
<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

A relação comercial entre Brasil e China ganhou força a partir dos anos 2000 e se tornou um dos principais vetores da inserção internacional brasileira. Essa aproximação ocorre em um contexto em que a economia mundial passa por transformações profundas, marcadas pela ascensão da China como potência econômica e tecnológica junto do fortalecimento dos BRICS<sup>1</sup> e pela reorganização das cadeias globais de valor após o avanço da globalização. Com isso, muitos debates sobre o papel do Brasil no comércio internacional passaram a destacar a crescente dependência de produtos primários e a dificuldade de inserção em setores de maior intensidade tecnológica. Ao longo dos anos, essa dinâmica se intensificou, revelando assimetrias estruturais que ainda condicionam a posição brasileira na nova ordem mundial. Esse processo, porém, mostra uma dualidade: apesar de ter elevado as exportações e proporcionado ganhos macroeconômicos, acabou aprofundando a dependência brasileira de produtos primários e a baixa diversificação produtiva (Afonso et al., 2022).

Desse modo, em meio às mudanças contemporâneas nas quais a disputa tecnológica e o peso das Cadeias Globais de Valor se tornaram centrais, analisar a relação comercial Brasil–China torna-se essencial para compreender os limites e as possibilidades da economia brasileira. A China, hoje peça-chave da economia global, consolidou-se como principal destino das exportações brasileiras e como importante fornecedor de manufaturados. Já o Brasil, embora beneficiado pela demanda chinesa por commodities, enfrenta desafios relacionados à especialização em produtos de baixo conteúdo tecnológico e à perda de participação da indústria na formação do PIB. Nesse cenário, compreender como esses fluxos se estruturam permite refletir sobre a capacidade do país de se reposicionar de forma mais estratégica no comércio internacional.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do comércio bilateral entre Brasil e China, considerando também o posicionamento de cada país nas Cadeias Globais de Valor e o grau tecnológico dos produtos comercializados entre 2009 a 2024. O recorte temporal foi escolhido pelo fato da China ter passado os Estados Unidos e se tornado o principal parceiro comercial do Brasil em 2009. Nesse sentido, foi utilizado de metodologia a estatística descritiva, por meio de dados coletados no COMEX Stat e no World Bank (WDI).

---

<sup>1</sup> Segundo Baumann et al, (2012) Os BRICS são identificados como um conjunto de grandes economias emergentes ( Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) , caracterizadas pelo peso populacional e territorial e pela crescente inserção no comércio mundial.

No que diz respeito ao conteúdo deste texto, além desta introdução, é discutido o quadro teórico que aborda: Teorias do Comércio Internacional; Estruturalismo; Neoestruturalismo; Novo Desenvolvimentismo; Cadeias Globais de Valor e a Relação Brasil-China. Na sequência, são explicados os métodos aplicados no estudo e, depois, analisados os resultados. Ao final, são apresentadas as conclusões e as referências que fundamentaram o trabalho.

## 2- REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1- TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio entre os países e suas relações internacionais têm sido amplamente discutidos e debatidos por diversos estudiosos em meio ao tempo. Dessa maneira, surgiram teorias que tentaram dar coordenadas para o melhor relacionamento entre o comércio mundial e suas fronteiras.

Adam Smith foi um dos primeiros autores a defender de forma sistemática o livre comércio, sustentando que a liberdade econômica favorece o aumento da produtividade e a ampliação da riqueza das nações. Em *A Riqueza das Nações* (1776), ele argumenta que os países tendem a se beneficiar quando concentram seus recursos na produção de bens em que possuem vantagem absoluta, ou seja, quando conseguem produzir com menor custo ou maior eficiência em relação aos demais. Ao permitir que cada nação se especialize naquilo que faz melhor e participe de trocas voluntárias, Smith afirma que o resultado é uma expansão da produção total e ganhos mútuos para os envolvidos, lançando as bases teóricas que sustentariam posteriormente o desenvolvimento das ideias sobre comércio internacional.

Um dos grandes estudiosos foi David Ricardo, que discutiu a Teoria das Vantagens Comparativas no contexto do livre comércio. Em sua obra de 1817, "Princípios de Economia Política e Tributação", o autor defende que o comércio internacional é benéfico mesmo quando um país apresenta maior produtividade em todos os setores, pois cada nação deve se especializar na produção em que apresenta menor custo de oportunidade. O exemplo clássico envolve Portugal e Inglaterra, em que o primeiro se especializaria na produção de vinho e o segundo na produção de tecidos, ampliando os ganhos mútuos com a troca, desde que os termos de troca fossem favoráveis.

Desse modo, a Teoria das Vantagens Comparativas parte da ideia de que os custos de oportunidade são determinantes para os ganhos no comércio. Nesse sentido, um país possui vantagem comparativa quando consegue produzir determinado bem com menor custo de oportunidade em relação a outro. Assim, ao especializar-se na produção do bem em que apresenta essa vantagem e trocar com outros agentes, a produção global se eleva, os preços tendem a ser reduzidos e a variedade de bens disponíveis aumenta, favorecendo todos os participantes das trocas (TEIXEIRA et al., 2024).

Em contraste, o modelo de Heckscher-Ohlin de 1933, conforme apresentado por Krugman e Obstfeld (2005), explica que a origem das vantagens comparativas está na diferença

de dotação relativa dos fatores de produção entre os países e no uso intensivo dos recursos, o que afeta diretamente os custos de produção dos bens. Assim, ainda que as nações possuam tecnologia semelhante, elas se distinguem pela disponibilidade de recursos como terra, capital, trabalho e matérias-primas. Dessa forma, um país com abundância relativa de mão de obra tende a produzir, a custos mais baixos, bens cuja produção exige maior intensidade desse fator, adquirindo assim uma vantagem comparativa. Entretanto, ao reduzir a produção de bens intensivos em capital, consegue ampliar significativamente a produção daqueles que dependem mais do trabalho. Portanto, o país irá exportar o bem uso intensivo no seu fator de produção relativamente abundante e importar a mercadoria uso intensivo no fator de produção relativamente escasso.

De modo geral, a teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo e o modelo de Heckscher-Ohlin constituem referências centrais no estudo do comércio internacional, no contexto da ortodoxia. Ambos ofereceram fundamentos importantes para explicar os fluxos entre países, mas, com o tempo, suas premissas passaram a ser relativizadas diante das mudanças no cenário econômico mundial e das particularidades presentes nas nações em desenvolvimento.

Além das contribuições clássica e neoclássica, novas abordagens surgiram a partir da segunda metade do século XX para explicar os fenômenos que as teorias tradicionais já não conseguiam abarcar, especialmente após a consolidação de mercados mais integrados e da crescente participação de empresas multinacionais.

Desse modo, Krugman (1979, 1980) propõe um modelo que busca explicar o comércio internacional a partir das economias de escala internas às firmas, afastando-se das interpretações baseadas apenas em diferenças tecnológicas ou na dotação de fatores. O autor trabalha com um ambiente de concorrência monopolística, no qual os produtos são diferenciados e as empresas operam com custos fixos e custos marginais constantes, o que faz com que os custos médios diminuam conforme a produção aumenta. Nesse contexto, a expansão do mercado por meio do comércio internacional permite que as firmas ampliem sua escala e explorem esses ganhos de forma mais eficiente. Quando se consideram os custos de transporte, surge o chamado “efeito mercado doméstico”, pelo qual a produção tende a se concentrar nas regiões com maior demanda. Assim, economias maiores, portanto, conseguem atrair mais atividades produtivas e operam em escalas superiores. Essa dinâmica de concentração produtiva, associada à maior especialização viabilizada por mercados amplos, ajuda a entender o processo posterior de divisão das etapas de produção e a formação de segmentos produtivos especializados.

Enquanto os modelos iniciais de competição monopolística (Krugman) assumiram firmas homogêneas, o modelo desenvolvido por Melitz (2003) avança em relação aos modelos iniciais ao incorporar a heterogeneidade das firmas como elemento central para compreender o comércio internacional. Em sua formulação, as empresas diferem em produtividade, e essa diferença ajuda a explicar por que apenas uma parcela delas participa efetivamente do comércio exterior. Os dados mostram que exportadores e importadores tendem a ser maiores e mais produtivos do que as firmas que atuam apenas no mercado interno, mesmo antes de iniciarem suas vendas externas. A abertura comercial reforça esse processo ao impor uma seleção mais intensa: somente as empresas cuja produtividade supera determinado limiar conseguem gerar receita suficiente para arcar com os custos fixos de exportação e acessar mercados estrangeiros. As firmas menos eficientes acabam deixando o mercado, enquanto as mais produtivas ampliam suas operações. Como resultado, ocorre uma realocação de recursos dentro da própria indústria em favor das empresas mais eficientes, o que eleva a produtividade média do setor. Esse mecanismo ajuda a entender por que a participação nas cadeias globais de valor tende a ser concentrada nas firmas mais produtivas, que passam a desempenhar papel dominante nas estruturas produtivas internacionais.

Já a discussão sobre a fragmentação produtiva é desenvolvida por Jones e Kierzkowski (2000), que analisam como um processo antes integrado pode ser desmembrado em diferentes partes ou etapas. Os autores destacam que esse movimento se tornou viável graças aos avanços tecnológicos e à redução dos custos das chamadas *service links*, os *serviços* necessários para conectar as etapas produtivas, como transporte, telecomunicações, coordenação logística e operações financeiras. Nessa perspectiva, a produção deixa de ser vista como um bloco único e passa a ser composta por segmentos interligados, cada qual podendo ser executado em locais distintos.

A consequência principal desse arranjo é que o comércio se desloca dos bens finais para os insumos intermediários, dando origem ao chamado comércio intra-produto. Essa divisão permite que cada país se especialize em etapas nas quais possui vantagens relativas, seja por diferenças tecnológicas, seja por custos de fatores mais favoráveis. O setor automotivo é um exemplo clássico: componentes como pneus, circuitos eletrônicos ou sistemas de navegação podem ser fabricados em países diferentes e reunidos posteriormente na montagem final. Assim, a produção passa a ser organizada conforme a comparação de custos e produtividade entre regiões, resultando em cadeias produtivas globalmente dispersas e interdependentes (Kierzkowski, 2000)

Contudo, especialmente, no pós segunda guerra mundial, surge uma leva de teorias do desenvolvimento econômico, preocupadas com a diferença de acumulação de riqueza e desenvolvimento econômico entre nações e regiões. Diferença esta caracterizada pela existência de um grupo pequeno de países desenvolvidos e, por outro, um grupo maior e mais heterogêneo, de nações subdesenvolvidas. Ou seja, o acesso aos bens e serviços produzidos não se deu de forma homogênea entre os países, conforme previsto pelas teorias clássicas do comércio internacional. Neste contexto destacam-se autores conhecidos como os "pioneiros" que desenvolveram suas teorias do desenvolvimento equilibrado, como Rosenstein-Rodan, Lewis e Nurkse; e do desenvolvimento desequilibrado, como Myrdal e Hirschman. Paralelamente, na América Latina, consolidou-se a Teoria Estruturalista, que será detalhada no tópico seguinte.

## 2.2 - ESTRUTURALISMO

Em fins dos anos 1940 e princípio dos anos 1950, o estruturalismo da CEPAL emergiu da necessidade de construir uma reflexão própria sobre a América Latina, focando em suas particularidades estruturais e nas estratégias viáveis para ultrapassar a condição de subdesenvolvimento.

Desse modo, segundo Almeida (2022), os economistas vinculados à CEPAL, como Raúl Prebisch e Celso Furtado, interpretaram o subdesenvolvimento não como uma etapa transitória, mas como um processo histórico próprio, condicionado pela forma de expansão das economias centrais. Assim, consolidou-se o estruturalismo como corrente teórica voltada a explicar o subdesenvolvimento latino-americano, especialmente em países que, em meados do século XX, transitavam de formas econômicas pré-capitalistas ou mercantis para o capitalismo industrial (BRESSER-PEREIRA, 2020). Diferentemente das abordagens tradicionais, o estruturalismo não partia de modelos abstratos e generalizantes, mas sim das especificidades históricas e estruturais da região. Nesse sentido, Almeida (2022) observa que:

“A análise estruturalista considera, portanto, que os ciclos econômicos são vividos de forma diferente pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Parte-se de uma visão sistêmica, no sentido de não tratar de economias isoladas, mas da relação entre esses países que se desenvolvem historicamente de formas diferenciadas. Essas estruturas assimétricas são o ponto de partida para se induzir as teses principais ao estudo do desenvolvimento.”

Desse modo, por volta da década de 1940, depois da Segunda Guerra Mundial, o comércio latino-americano era marcado pela exportação de produtos de baixo valor agregado e pela importação de bens industrializados de maior valor. Essa dinâmica gerou intensos debates sobre a relação entre exportação e importação na região. Nesse cenário, na década de 1950, Prebisch (1950) destacou que o poder de compra das economias latino-americanas tendia a se reduzir ao longo do tempo. Isso ocorria porque os produtos industrializados apresentavam alta elasticidade-renda da demanda, enquanto os bens primários, base das exportações da região, possuíam baixa elasticidade-renda.

A partir dessa constatação, os estudos conduzidos pela CEPAL, sob sua liderança, deram origem aos fundamentos da chamada tese da deterioração dos termos de troca. Os termos de troca podem ser compreendidos como a razão entre os preços das exportações e das importações de um país. Quando essa relação aumenta, há ganho de renda real, já que se torna possível importar mais com o mesmo volume de exportações.

Assim, a tese de Prebisch (1949; 1964) argumenta que os países subdesenvolvidos, ao se especializarem na exportação de produtos primários, tendem a enfrentar uma deterioração secular dos termos de troca em relação aos produtos manufaturados. Isso ocorre por vários fatores: nos países desenvolvidos, os ganhos de produtividade são em grande parte absorvidos pelos fatores de produção, enquanto nos países primário-exportadores, devido à fraqueza da organização trabalhista, grande parte do aumento de produtividade se reflete nos preços internacionais dos produtos primários.

Além disso, a demanda mundial por produtos primários cresce menos que a de bens manufaturados (lei de Engel), e o progresso tecnológico substitui insumos primários por sintéticos, reduzindo ainda mais seu consumo. Por fim, políticas comerciais dos países desenvolvidos, como restrições à importação de produtos primários e incentivos à produção doméstica, tendem a pressionar negativamente os preços internacionais, afetando os termos de troca dos países subdesenvolvidos.

Prebisch (1950) analisou dados do comércio exterior do Reino Unido entre 1876 e 1947, período em que o país exportava principalmente produtos manufaturados e importava produtos primários. A partir dessa análise, ele constatou que os termos de troca do Reino Unido melhoraram, enquanto os países em desenvolvimento, exportadores de bens primários e importadores de manufaturados, sofreram uma deterioração média de cerca de 0,9% ao ano. Segundo Alves (2014):

“A explicação dada para este fato foi baseada na teoria dos ciclos, e na rigidez da oferta dos produtos primários. Durante a fase ascendente do ciclo, a demanda internacional pelas commodities primárias se eleva. Estimulados pelo aumento dos preços das commodities os países aumentam a oferta, mas não conseguem alcançar todos os ganhos potenciais existentes, bloqueados pela rigidez da mesma. No fim da fase, quando os preços e a demanda começam a cair, os países não conseguem reduzir imediatamente a oferta destes produtos, o que provoca uma queda ainda maior nos preços na fase descendente.”

Nesse contexto, no Brasil a deterioração dos termos de troca, deixou a economia marcada, até meados do século XX, pela forte dependência da exportação de produtos primários, em especial o café (FURTADO, 2007 [1959]). Essa especialização o tornou vulnerável às oscilações do mercado internacional e às crises de preços das commodities, reduzindo o poder de compra externo do país e limitando sua capacidade de financiar importações de bens de capital e manufaturados (BASTOS, 2015).

Como consequência, o modelo agroexportador revelou-se insuficiente para sustentar um processo autônomo de desenvolvimento econômico. Além de reduzir o poder de compra externo, a deterioração dos termos de troca afetava diretamente o balanço de pagamentos das economias latino-americanas. Como destacam Jayme Jr. e Resende (2009), a inserção internacional periférica, baseada na exportação de bens primários e na importação de manufaturados, configurava uma vulnerabilidade estrutural que limitava o crescimento ao condicionar a expansão do produto à disponibilidade de divisas externas.

No caso brasileiro, esse padrão resultava em recorrentes crises de balanço de pagamentos: fases de crescimento elevavam rapidamente as importações de bens de capital e manufaturados, pressionando as contas externas e impondo ajustes recessivos. Essa dinâmica expressa o chamado problema do crescimento com restrição externa, reforçando o diagnóstico cepalino de que apenas uma industrialização voltada ao mercado interno poderia mitigar a dependência externa e assegurar maior autonomia ao processo de desenvolvimento.

Entretanto, sabe-se que a realidade dos países subdesenvolvidos era distinta e não bastava apenas adotar novos meios de produção e industrialização. Nesse contexto, o estruturalismo cepalino apresentou contribuições importantes, entre elas o modelo centro-periferia. De acordo com Nassif (2023), Prebisch e Singer destacaram, já no início dos anos 1950, a existência de uma dinâmica estrutural desigual na economia mundial. Prebisch (1949), em especial, argumentava que os países industrializados concentravam a capacidade de

inovação e mantinham posição privilegiada no progresso técnico, enquanto as nações periféricas permaneciam dependentes, buscando apenas acompanhar e absorver os avanços provenientes dos centros desenvolvidos.

Isso evidencia a subordinação dos países da periferia em relação aos do centro, resultando em um atraso estrutural persistente. Outra grande ideia do estruturalismo cepalino foi a industrialização por substituição de importações, que segundo Fonseca (2009) parte-se da constatação de que a especialização da periferia em produtos primários, de baixa elasticidade-renda, limitava os efeitos do crescimento dos países centrais sobre a demanda externa. Isso, somado à dificuldade de reter ganhos de produtividade, sustentou a teoria da deterioração dos termos de troca, em oposição à visão clássica das vantagens comparativas.

Como alternativa, a CEPAL propôs um processo gradual de industrialização por substituição de importações, que avançava dos bens de consumo para os bens de capital. A ideia central era fortalecer ao máximo o mercado interno. Ainda nesse viés, o estruturalismo também abordou ideias como a deterioração dos termos de trocas, que foi abordada anteriormente, e a estrutura produtiva heterogênea, que para a CEPAL, as economias da América Latina apresentavam essa estrutura, caracterizada pela coexistência de segmentos industriais modernos e mais produtivos ao lado de atividades tradicionais, de baixa eficiência.

Essa combinação resultava em fortes disparidades internas e dificultava um crescimento mais equilibrado. Diante desse cenário, atribuía-se ao Estado um papel decisivo na condução do desenvolvimento, cabendo-lhe impulsionar a industrialização, ampliar os investimentos em infraestrutura e adotar políticas públicas capazes de diminuir as desigualdades estruturais e fortalecer a integração produtiva (CEPAL, 1950; BIELSCHOWSKKY, 2000).

Portanto, o estruturalismo cepalino constitui uma abordagem teórica consistente que foi capaz de entender os desafios das economias latino-americanas e suas particularidades, sem pegar os exemplos dos países já desenvolvidos. Vale ressaltar que, mesmo trazendo essas abordagens focando na periferia, não houve uma independência nas relações comerciais internacionais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As frustrações com a implementação desse modelo abriram espaço para reflexões posteriores que deram origem ao neoestruturalismo, que parte dessa auto análise para propor adaptações ao modelo, conforme exposto por Nassif (2023).

### 2.3- NEOESTRUTURALISMO

Segundo Livramento (2019), o neoestruturalismo surge como resposta ao avanço do neoliberalismo, que se consolidou como orientação dominante na América Latina após o enfraquecimento do estruturalismo clássico. Durante a década de 1980, os países periféricos enfrentaram uma conjuntura marcada pela crise da dívida externa, pela hiperinflação e pela escassez de divisas. Com o passar dos anos, o chamado Consenso de Washington, conforme destaca Missio (2012), tornou-se referência para mudanças significativas nas políticas econômicas da região. Entre essas transformações, destacam-se a contraposição entre Estado e mercado, a redução da atuação estatal por meio de privatizações, a flexibilização regulatória e a intensificação da abertura comercial, medidas que enfraqueceram a estratégia de substituição de importações. Assim, na tentativa de promover o desenvolvimento, os países latino-americanos passaram a adotar a agenda neoliberal proposta pelas economias centrais. Contudo, embora o neoliberalismo tenha orientado a formulação de políticas econômicas, não conseguiu superar os entraves estruturais dessas economias. Nesse contexto, o neoestruturalismo apresenta-se como alternativa, oferecendo uma perspectiva de desenvolvimento voltada para enfrentar tais fragilidades, especialmente a partir da década de 1990.

Segundo Nassif (2023), alguns economistas da Cepal, por meio de ferramentas micro e macroeconômicas, analisaram o processo de substituição de importações e notaram alguns erros nas políticas e propuseram uma correção, a fim de barrar a estagnação e voltar a trajetória de “*catching up*”.

Dessa maneira, Fajnzylber (1983) analisa tanto os resultados positivos quanto as limitações do modelo de substituição de importações. Assim, para o autor esse processo de desenvolvimento trouxe sim um crescimento econômico de 1950 até 1970, porém, esse crescimento gerou um sistema industrial “truncado” (incompleto, com falhas estruturais), sem consolidar um desenvolvimento industrial sólido.

Portanto, segundo Fajnzylber (1983), a experiência latino-americana de substituição de importações apresentou uma série de fragilidades decorrentes das escolhas de política econômica. Entre elas, destacou-se o chamado “protecionismo frívolo”, caracterizado pela manutenção indiscriminada de barreiras que acabaram sustentando setores pouco eficientes. Além disso, as economias não conseguiram estruturar um núcleo endógeno de inovação capaz de gerar e difundir progresso técnico, permanecendo dependentes de filiais de empresas multinacionais justamente nas áreas de maior potencial tecnológico, o que reduziu a autonomia

em decisões de investimento e inovação. Desse modo, se observou a formação de um empresariado mais inclinado a imitar e adaptar tecnologias do que a promover inovações próprias. Por fim, somou-se a esse quadro a frágil articulação entre agricultura e indústria, que dificultou a construção de um desenvolvimento mais equilibrado. (Nassif, 2023)

Ademais, com o intuito de atualizar o estruturalismo clássico e trazer uma alternativa ao neoliberalismo, no ano de 1990, a CEPAL apresentou o documento “Transformação Produtiva com Equidade”, que marcou o início da formulação associada ao chamado neoestruturalismo, articulando crescimento com equidade social, priorizando ciência, tecnologia e modernização produtiva.

De acordo com a CEPAL (1990), o documento “Transformação Produtiva com Equidade” estabeleceu as bases do neoestruturalismo ao propor um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina, centrado na cooperação internacional, na competitividade e na incorporação do progresso técnico. Além de enfatizar o equilíbrio macroeconômico aliado a políticas de curto e longo prazo, a CEPAL destacou a necessidade de arranjos institucionais capazes de fortalecer o papel do Estado, não em termos de maior ou menor intervenção, mas na geração de externalidades positivas. Nesse sentido, ressaltou a importância de políticas redistributivas, como serviços técnicos e financeiros para pequenos produtores, reformas regulatórias, melhoria da política tributária e ampliação do acesso aos serviços sociais. Outro ponto central foi a valorização da educação e da qualificação de recursos humanos, junto à integração regional, como pilares para sustentar a transformação produtiva com equidade.

De acordo com Bielschowsky (2010), o neoestruturalismo mantém diversos elementos do pensamento estruturalista clássico, mas se diferencia ao considerar os novos contextos enfrentados pelas economias latino-americanas. Assim, uma de suas continuidades está na crítica à limitada diversificação produtiva e exportadora, vista como fator de vulnerabilidade externa e de escassez de divisas, perpetuando a heterogeneidade estrutural e restringindo ganhos de produtividade e crescimento. No entanto, o conceito de heterogeneidade é atualizado e deixa de ser associado ao subemprego e passa a ser relacionado à informalidade, considerada responsável pela pobreza e pela desigualdade social. Com isso, as aproximações entre as duas correntes aparecem especialmente no enfoque ao desenvolvimento industrial, ao comércio internacional e às questões ligadas à renda, emprego e pobreza. Por outro lado, o neoestruturalismo introduz novas dimensões analíticas, como a atenção às políticas macroeconômicas e financeiras, além da incorporação da sustentabilidade ambiental como parte fundamental da agenda de desenvolvimento.

Portanto, o neoestruturalismo surge como uma alternativa viável ao neoliberalismo, buscando superar fragilidades estruturais, articular crescimento com equidade social e promover modernização tecnológica e produtiva, oferecendo um caminho mais sólido e sustentável para o desenvolvimento da América Latina.

## 2.4 - NOVO DESENVOLVIMENTISMO

O Novo Desenvolvimentismo pode ser visto como um desdobramento da tradição desenvolvimentista latino-americana. Assim como o estruturalismo da CEPAL, preserva a defesa do papel ativo do Estado e a preocupação em enfrentar os entraves estruturais ao crescimento. Do neoestruturalismo incorpora a ênfase na competitividade e na inserção internacional das economias periféricas. Entretanto, distingue-se dessas correntes ao conferir destaque especial à esfera macroeconômica, tratando-a como elemento decisivo para sustentar o processo de desenvolvimento.

Segundo Nassif (2023), as formulações clássicas do desenvolvimento cepalinas e furtadianas convergem tanto no plano teórico, ao buscar compreender as causas do crescimento, quanto no plano normativo, ao propor diretrizes de políticas públicas. Nessa perspectiva, a interação entre fatores micro e mesoeconômicos e os condicionantes históricos, sociais e institucionais específicos de cada país ou região é fundamental para viabilizar o processo de *catching up*. Contudo, como o autor observa, a dimensão macroeconômica ocupava posição secundária nessas análises. Embora nomes como Nicholas Kaldor, Raúl Prebisch e Celso Furtado tenham apontado elementos relevantes nesse campo, suas formulações não destacaram de forma sistemática as inter-relações entre micro, meso e macroeconomia (NASSIF, 2023).

Diante disso, o Novo Desenvolvimentismo surge justamente para suprir essa lacuna. Formulado a partir dos anos 2000, após a crise da dívida e da agenda neoliberal proposta pelo Consenso de Washington, tendo Luiz Carlos Bresser-Pereira como principal referência, essa corrente busca atualizar as ideias do desenvolvimentismo clássico para enfrentar os desafios de economias em desenvolvimento no contexto da globalização financeira (BRESSER-PEREIRA, 2006; 2010). Diferentemente do neoestruturalismo da CEPAL, que incorporou em seu discurso elementos das reformas liberalizantes dos anos 1990, o Novo Desenvolvimentismo procura se afirmar como alternativa à ortodoxia econômica dominante.

Bresser Pereira (2012) em seu trabalho intitulado “ A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento” traz um quadro abordando as diferenças entre o velho e o novo

desenvolvimentismo e segundo o autor o Velho Desenvolvimentismo e o Novo Desenvolvimentismo apresentam diferenças claras em suas abordagens de desenvolvimento econômico. Enquanto o modelo clássico priorizava uma industrialização conduzida pelo Estado e fundamentada na substituição de importações, o Novo Desenvolvimentismo enfatiza a industrialização orientada para exportações, associada à expansão do consumo interno.

No primeiro, Bresser (2012) argumenta que o Estado desempenhava papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos estratégicos, ao passo que, no novo modelo, sua função concentra-se em gerar oportunidades de investimento e atuar na redução das desigualdades econômicas. A política industrial, que era determinante na concepção tradicional, torna-se subsidiária, porém estratégica na perspectiva recente, voltada à coordenação de setores prioritários. Quanto à política fiscal e externa, o Velho Desenvolvimentismo apresentava certa indefinição diante dos déficits públicos e em conta corrente, ao passo que o Novo Desenvolvimentismo defende o equilíbrio intertemporal das contas públicas e a busca pelo superávit externo, especialmente em situações de doença holandesa<sup>2</sup>. Por fim, enquanto o modelo clássico demonstrava relativa tolerância à inflação, a abordagem atual não admite complacência frente às pressões inflacionárias, reforçando a necessidade de disciplina macroeconômica para garantir a estabilidade do crescimento.

Dentro do Novo Desenvolvimentismo, é possível identificar alguns princípios fundamentais a partir das análises de Bresser-Pereira (2012), Oreiro (2012) e Gala (2017). De acordo com Bresser-Pereira (2012), a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva é essencial, uma vez que a valorização excessiva da moeda compromete a competitividade da indústria nacional e aumenta a vulnerabilidade das economias exportadoras de commodities, caracterizando o fenômeno denominado “doença holandesa”.

Nesse sentido, Oreiro (2012) ressalta que o crescimento econômico sustentável depende principalmente da poupança doméstica, a fim de reduzir a dependência de recursos externos, que podem ser voláteis e gerar instabilidade. Além disso, ele enfatiza a necessidade de coordenar instrumentos macroeconômicos, como câmbio e taxa de juros, para sustentar investimentos produtivos e a dinâmica da economia.

Por outro lado, Gala (2017) destaca que políticas industriais e tecnológicas devem ser orientadas para o aperfeiçoamento da estrutura produtiva, promovendo maior valor agregado

---

<sup>2</sup> Doença holandesa: refere-se ao processo em que a expansão de um setor exportador de commodities e a, conseqüente, valorização cambial, acabam prejudicando a indústria doméstica, ao encarecer produtos nacionais e deslocar recursos produtivos para setores primários, provocando desindustrialização (BRESSER-PEREIRA, 2010).

nas exportações e fortalecendo a inserção internacional dos países em desenvolvimento. Para isso, o autor sugere que o Estado atue como mediador na promoção de inovação e na construção da complexidade econômica, criando condições para que empresas invistam em tecnologia e conhecimento.

## **2.5- CADEIA GLOBAL DE VALOR**

A dinâmica das Cadeias Globais de Valor está associada ao processo de terceirização, em que empresas assumem funções cada vez mais específicas dentro do conjunto produtivo. Essa segmentação internacional foi viabilizada, sobretudo, pelos avanços tecnológicos, que permitiram maior dispersão das etapas de produção entre diferentes territórios, somando-se à redução dos custos de transação decorrente da crescente liberalização econômica (FERREIRA,2015).

As Cadeias Globais de Valor podem ser compreendidas como um processo de fragmentação internacional da produção, no qual as diversas fases de criação de um bem ou serviço que vão desde atividades de pesquisa e desenvolvimento até a fabricação, comercialização e consumo final passam a ser distribuídas entre diferentes países conforme suas Vantagens Comparativas. Nesse arranjo, característico da globalização contemporânea, os Estados não se inserem apenas pela exportação de produtos finais, mas também por meio da execução de funções específicas ao longo do processo produtivo (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005).

A redução dos custos de coordenação e de separação produtiva permitiu que diversas etapas industriais fossem deslocadas para outros países e empresas, favorecendo o “fatiamento” das cadeias e a dispersão internacional das tarefas. Esse movimento foi impulsionado por avanços tecnológicos, melhorias logísticas, mudanças institucionais ligadas à liberalização do comércio e transformações nos países em desenvolvimento, que passaram a contar com estruturas industriais mais robustas e mercados consumidores em expansão. O resultado foi a consolidação de cadeias globalmente organizadas, nas quais atividades produtivas e serviços associados passaram a ser distribuídos entre diferentes territórios para aproveitar ganhos de escala e especialização (CARNEIRO, 2017).

Segundo Pinto ( 2017) a reorganização da produção em escala global só se concretizou devido a três fatores principais: primeiro, o avanço da automação digital e das tecnologias de informática, que possibilitaram uma produção mais modular e baseada em microeletrônica; segundo, a adaptação das estratégias das empresas multinacionais para operar de forma

fragmentada e eficiente em diferentes países; e terceiro, alterações nas regras e normas internacionais, incluindo a liberalização do comércio e dos investimentos, bem como o fortalecimento da regulação e da proteção da propriedade intelectual.

Diante disso, em seu trabalho Ferreira (2015) traz que um exemplo bastante citado de inserção em cadeias globais de valor é o iPhone. Embora os Estados Unidos registrem elevadas importações do produto a partir da China, estudos mostram que a participação chinesa na produção representa menos de 4% do valor agregado. Isso mostra que, independentemente da divisão de produção, aqueles países que detêm participação mais relevantes na produção, como a tecnologia, acabam ganhando maior parcela.

Diante dessa nova configuração de produção, as cadeias globais de valor oferecem às nações em desenvolvimento alternativas mais rápidas e diversificadas para integrar mercados internacionais. A participação nesse tipo de cadeia permite que esses países acessem mercados antes inacessíveis, sem a necessidade de investir longos períodos na construção de indústrias próprias, cujo sucesso não é garantido. Além disso, é possível deslocar etapas da produção para locais com maior disponibilidade de mão de obra, mantendo a qualidade do produto graças à transferência tecnológica, o que torna esse modelo particularmente atraente para países emergentes (BALDWIN, 2011 apud FERREIRA, 2015).

Ainda nesse viés, Timmer (2013) destaca que, para países com baixo nível de industrialização, a integração às cadeias globais de valor representa uma alternativa mais ágil do que a tradicional estratégia de substituição de importações, que exigia internalizar toda a produção dos bens consumidos. Segundo o autor, essa participação permite que cada país envolvido adicione valor ao produto final, beneficiando todas as partes da cadeia.

Entretanto, quando pensamos no Brasil e sua inserção na cadeia global de valor, segundo Ferreira (2015) ele participa ativamente das cadeias globais de valor, destacando-se principalmente como fornecedor de matérias-primas para outros países. Desse modo, essa inserção se evidencia no chamado “índice para frente”, que mede a contribuição de insumos produzidos internamente nas exportações de outras nações. Com isso, grande parte da presença brasileira nas CGVs não se dá pela exportação de produtos acabados, mas pelo fornecimento de insumos e commodities que são incorporados em processos produtivos no exterior. Desse modo, esse papel permite ao país integrar-se à produção global, embora, muitas vezes, de maneira concentrada em setores primários, o que reforça a importância de políticas voltadas à diversificação produtiva e ao aumento do valor agregado nas exportações. Assim, ao fornecer matérias-primas, o Brasil mantém uma posição estratégica dentro da rede internacional de produção, influenciando fluxos comerciais e contribuindo para o abastecimento de cadeias

produtivas globais, mas ainda enfrenta o desafio de avançar para atividades de maior complexidade tecnológica e agregação de valor.

A inserção do Brasil nas cadeias globais de valor está diretamente ligada à sua relação comercial com a China, que se consolidou como principal parceiro econômico nas últimas décadas. Esse vínculo evidencia a posição brasileira como fornecedor de bens primários, especialmente soja, minério de ferro e petróleo em contraste com a importação de produtos manufaturados e de maior valor agregado provenientes do mercado chinês. Tal dinâmica reforça a dificuldade do Brasil em alterar sua função nas cadeias globais, ao mesmo tempo em que revela a centralidade da China na configuração atual do comércio internacional brasileiro. Com vistas a aprofundar a compreensão acerca desse processo, o próximo tópico apresenta uma revisão sintética da literatura especializada que examina a relação comercial entre Brasil e China.

## **2.6- REVISÃO DE LITERATURA: RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL CHINA**

Em primeiro plano, no artigo “Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro”, Hiratuka e Sarti (2016) argumentam que a relação econômica entre Brasil e China apresenta um caráter duplo e desigual. Desse modo, o aumento da demanda chinesa por commodities impulsiona o crescimento brasileiro, mas, ao mesmo tempo, a forte presença da manufatura chinesa impõe desafios à indústria nacional, ao deslocar parte da produção doméstica. Assim, as exportações brasileiras concentram-se majoritariamente em produtos primários, enquanto as importações são compostas por bens manufaturados, revelando uma pauta comercial desequilibrada. Além disso, os investimentos diretos refletem a mesma assimetria: a China investe no Brasil sobretudo em setores ligados a recursos naturais e serviços, ao passo que o investimento brasileiro em território chinês permanece pouco expressivo, o que reforça a posição do país como fornecedor de commodities.

Ainda nesse viés, no artigo “O que esperar das relações Brasil-China?”, Becard (2011) examina a evolução das relações econômicas e políticas entre os dois países ao longo das duas últimas décadas do século XX e início do XXI. A autora aponta que houve avanços importantes nesse período, impulsionados pela crescente interdependência do sistema internacional e pela abertura das economias. No entanto, tais progressos foram limitados por instabilidades internas e pela ausência de uma estratégia de cooperação mais estruturada. O estudo destaca que, enquanto o Brasil manteve uma política externa oscilante entre visões desenvolvimentistas e

neoliberais, a China consolidou uma postura mais pragmática, voltada à ampliação de sua presença econômica global.

Diante disso, no campo comercial, os resultados mais expressivos ocorreram nos anos 2000, quando a China se tornou o principal parceiro e investidor do Brasil. Ainda assim, a pauta exportadora brasileira permaneceu concentrada em produtos primários, enquanto as importações foram dominadas por manufaturados, reforçando um padrão de dependência. Decorrente a isso, o artigo também chama atenção para desafios persistentes, como a falta de coordenação governamental, os altos custos logísticos e a escassez de iniciativas conjuntas que promovam maior equilíbrio na relação.

Outro trabalho que aborda a relação comercial entre Brasil e China é o estudo “O comércio Brasil-China em perspectiva regional: análise e implicações para o desenvolvimento” de Libânio (2014) que examina como a expansão da China no comércio internacional afetou as economias estaduais brasileiras. Assim, o autor defendem que o impacto dessa dinâmica depende do tipo de especialização produtiva e comercial de cada estado. De modo geral, as unidades federativas com economias baseadas na exportação de commodities foram as que mais se beneficiaram do crescimento chinês e da valorização dos produtos primários nos anos 2000, embora tenham sentido de forma mais intensa os efeitos da crise de 2008. Desse modo, o estudo também identifica uma correlação negativa entre o conteúdo tecnológico das exportações e o ritmo de crescimento estadual, o que contraria parte da literatura sobre desenvolvimento regional. De acordo com a pesquisa, a relação entre Brasil e China é marcada mais pela complementaridade do que pela concorrência, sendo os estados industrializados como São Paulo, Santa Catarina e Amazonas os únicos com maior sobreposição comercial. Após a crise financeira, os estados exportadores de produtos básicos apresentaram recuperação mais rápida, favorecidos pela retomada antecipada da demanda chinesa.

Em análise semelhante, o artigo “Brasil e China: uma nova aliança não escrita?” de Oliveira (2010) investiga a evolução das relações entre os dois países e discute se a parceria ainda pode ser compreendida sob a ótica da Cooperação Sul-Sul ou se passou a refletir uma dinâmica mais competitiva, em razão da ascensão econômica chinesa. Diante disso, os autores destacam que a cooperação estratégica sino-brasileira se consolidou sobretudo nos campos político e científico-tecnológico, enquanto o relacionamento econômico-comercial permaneceu marcado por forte assimetria. Já no plano político, observam-se convergências de princípios, como a defesa da soberania e da autonomia nas relações internacionais, além da atuação conjunta em fóruns multilaterais. Entretanto, já na esfera tecnológica, sobressaem iniciativas

como o programa de satélites CBERS<sup>3</sup> e parcerias em setores como biotecnologia, energia e saúde.

Em contraste, as relações comerciais reforçam a dependência brasileira da exportação de commodities e da importação de manufaturados. Desde 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, mas o padrão de trocas segue desigual e concentrado. Apesar dessas assimetrias, o estudo enfatiza que o vínculo bilateral mantém importância estratégica para ambos os países, sustentado pelo interesse comum em fortalecer a cooperação entre nações do Sul e ampliar sua influência no cenário internacional.

Também trabalhos que analisam o Brasil e a China nas Cadeias Globais de Valor, trazem essa relação como sendo bem assimétrica como pode-se observar no artigo "Brasil e China: os descaminhos da inserção nas cadeias globais de valor" de Araújo e Diegues (2021). O artigo mostra que, apesar de ambos serem países emergentes, seguiram caminhos muito diferentes no aspecto tecnológico. Utilizando dados da TiVA e o indicador qtech, que mede o nível de sofisticação das exportações, os autores apontam que a China avançou para setores de média-alta e alta tecnologia. Já o Brasil se concentrou cada vez mais em segmentos de baixa e média-baixa tecnologia, que em 2015 representavam 70% de suas exportações. Com isso, o estudo conclui que essas diferenças refletem escolhas de política econômica e que o Brasil precisa recuperar dinamismo nos setores mais sofisticados para evitar o reforço de uma especialização em áreas tecnologicamente simples.

No trabalho intitulado "As Possibilidades de Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor", Sá Porto, Canuto e Arthur Mota (2017) destacam que, apesar do comércio internacional ser uma fonte de crescimento e tecnologia, o Brasil perdeu espaço na indústria de transformação, tornou-se uma economia fechada e passou a depender mais de produtos primários. Inserir-se nas CGVs aparece como uma saída, pois permitiria ao país participar de etapas produtivas com maior valor agregado, rompendo com a lógica de depender apenas de commodities. Os resultados mostram que o Brasil ficou à margem das mudanças do comércio mundial, beneficiando-se da demanda chinesa por commodities, mas perdendo participação em manufaturados e reforçando a "primarização" das exportações. A baixa participação em setores de alta tecnologia é evidente, e o aumento da presença nas CGVs ocorreu apenas em áreas de produtos básicos. Como exceção, a indústria aeroespacial, liderada pela Embraer, mostrou que é possível ter inserção relevante, ampliando a presença internacional após a privatização. O

---

<sup>3</sup> O CBERS (China–Brazil Earth Resources Satellite) é um programa de cooperação sino-brasileira criado para o desenvolvimento conjunto de satélites de sensoriamento remoto, utilizado para monitoramento ambiental, planejamento territorial e gestão de recursos naturais (AEB, 2021).

artigo conclui que melhorar a integração do Brasil nas CGVs exige maior abertura comercial, políticas industriais bem estruturadas e ações para elevar produtividade, reduzir burocracia e modernizar infraestrutura e acordos comerciais.

Portanto, com o conjunto desses estudos, percebe-se que a relação econômica entre Brasil e China, embora estratégica e marcada por complementaridades, revela desequilíbrios persistentes que se reproduzem tanto no comércio bilateral quanto na inserção de ambos nas cadeias globais de valor. A literatura aponta que o Brasil mantém uma posição dependente de produtos primários, com limitada participação em setores de maior conteúdo tecnológico, enquanto a China avança de forma consistente para segmentos sofisticados, ampliando sua relevância internacional. Assim, os autores convergem ao indicar que o desafio brasileiro envolve superar a estagnação industrial e tecnológica por meio de políticas de longo prazo, abertura comercial planejada, fortalecimento da capacidade produtiva e cooperação internacional mais qualificada. Essas são condições necessárias para construir uma inserção externa menos assimétrica e mais alinhada a estratégias de desenvolvimento de maior complexidade econômica.

### 3 - PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho utiliza uma abordagem quantitativa, fundamentada na aplicação de estatística descritiva para organizar, sintetizar e interpretar os dados coletados. Segundo Bussab e Morettin (2017), a estatística descritiva reúne um conjunto de técnicas voltadas à apresentação e ao resumo das informações, permitindo identificar padrões, tendências e características gerais de um conjunto de dados. Essa escolha metodológica é adequada quando o objetivo é compreender a estrutura e a evolução de fenômenos econômicos ao longo do tempo, como é o caso do comércio internacional.

O recorte temporal adotado compreende 2009 a 2024, período selecionado porque 2009 marca o ano em que a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, fato que redefiniu a dinâmica do comércio exterior brasileiro e justificou a análise de suas transformações desde então.

Os dados foram obtidos em bases secundárias amplamente reconhecidas: COMEX Stat, World Bank (WDI). Foram coletadas informações sobre os principais parceiros comerciais, a evolução das exportações e importações totais, a composição do comércio por intensidade tecnológica, os principais produtos comercializados por Brasil e China e o Índice de Participação em Cadeias Globais de Valor (geral e setorial). Essas variáveis permitem compreender tanto o volume quanto a qualidade da inserção internacional brasileira no período analisado.

Para a análise dos dados de exportação, optou-se pela utilização da classificação do Sistema Harmonizado a quatro dígitos (SH4), disponibilizada na base COMEX Stat. O nível SH4 permite uma mensuração mais precisa e detalhada dos fluxos de exportação, possibilitando identificar com maior clareza a diversidade de produtos, suas especificidades e padrões de especialização. Tal escolha se justifica pela pauta de exportação para a China ser relativamente concentrada em poucos produtos, com menor heterogeneidade com relação à classificação por intensidade tecnológica.

Já no que diz respeito aos dados de importação, primeiramente, utilizou-se a classificação do Sistema Harmonizado a dois dígitos (SH2), conforme disponibilizado pelo COMEX Stat. Esse nível de agregação mostrou-se adequado para a análise das importações brasileiras oriundas da China, uma vez que a pauta é muito diversificada, fato que implicaria em número exagerado de observações para atingir uma determinada participação relativa do total importado, caso se optasse pela classificação SH4. Posteriormente, reconhecendo-se heterogeneidade tecnológica de determinados capítulos, optou-se por realizar uma mensuração

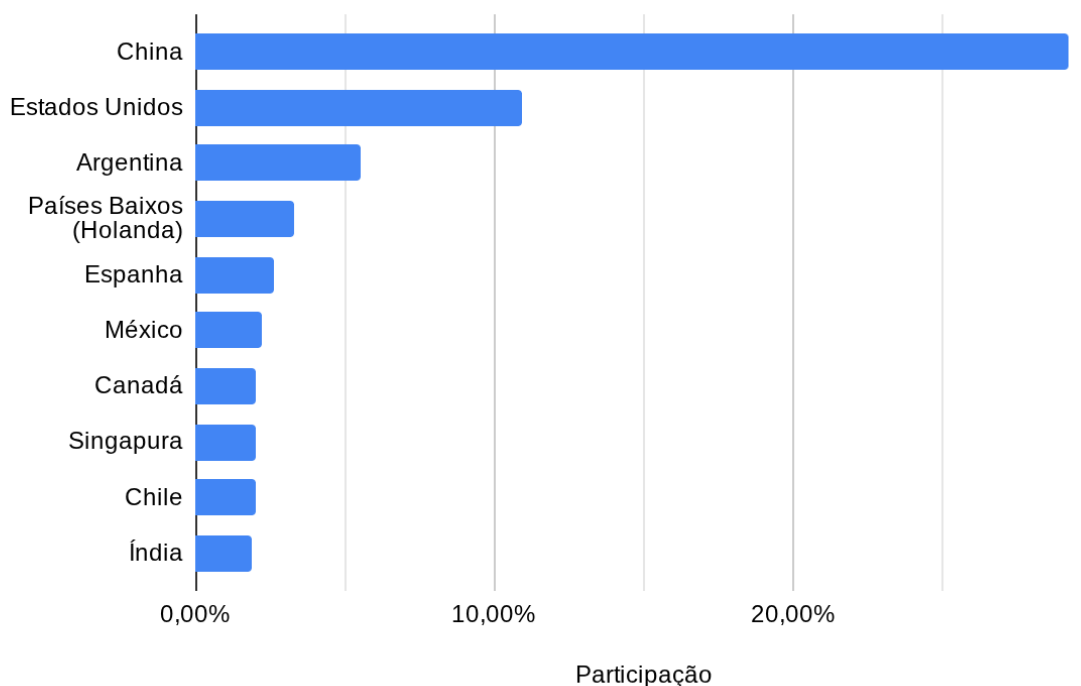
em nível SH4 para tais capítulos, de forma a possibilitar uma classificação mais apropriada com relação ao nível de intensidade tecnológica. Assim, destaca-se que esse procedimento metodológico foi aplicado apenas nos capítulos em que a classificação SH2 implicaria em possíveis distorções com relação à classificação tecnológica. A interpretação final dos dados foi articulada com as discussões teóricas apresentadas no trabalho, permitindo relacionar as evidências empíricas às transformações estruturais do comércio brasileiro e às tendências globais.

## 4 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1- PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL

Entender quem são os principais parceiros comerciais do Brasil ajuda a ter uma visão mais clara de como o País se relaciona economicamente com o resto do mundo. Ao observar para onde o Brasil mais exporta e de onde mais importa, é possível perceber quais países têm maior peso nas trocas e como isso influencia a economia nacional. Por isso, antes de analisar os dados, é importante apresentar os gráficos que mostram esses parceiros, pois eles ajudam a visualizar melhor a direção do comércio brasileiro e as mudanças que vêm acontecendo ao longo dos anos.

Gráfico 1: Principais destinos das exportações brasileiras em 2025.

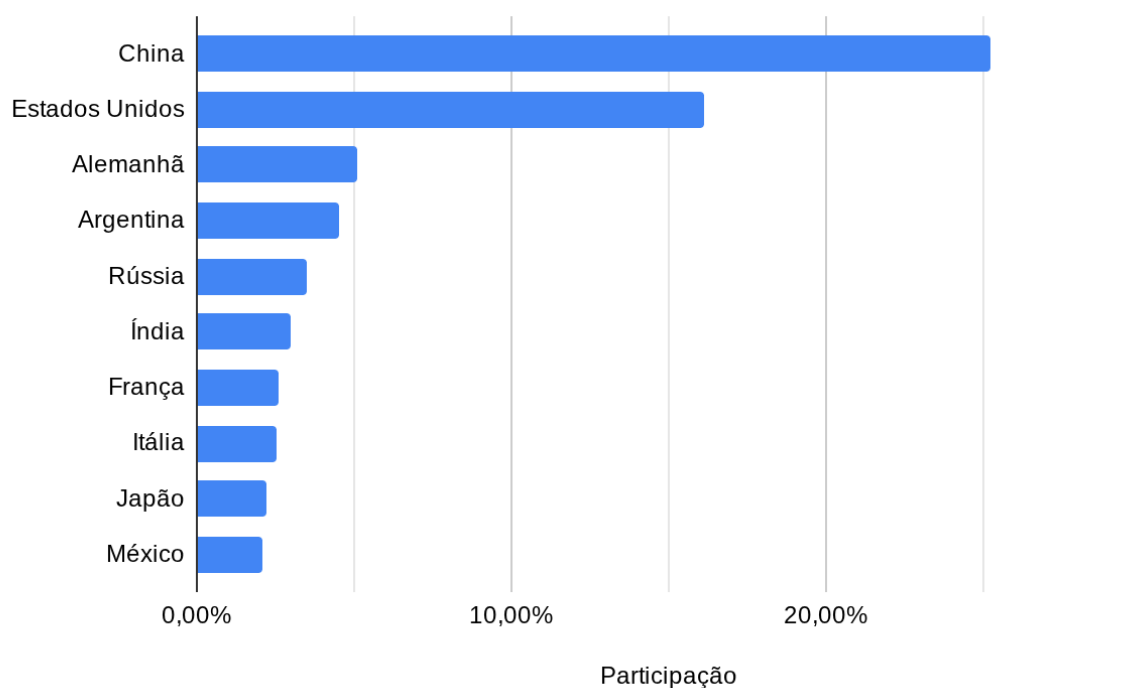


Fonte: Comex Stat (2025). Elaborado pelo autor.

Analisando os dados do Gráfico 1, observa-se que a China representa o principal destino das exportações brasileiras, posição alcançada em 2009, concentrando 29,20% do total. Em seguida aparecem os Estados Unidos, com 10,90%, e a Argentina, com 5,50%. Esses números evidenciam o peso da relação comercial com a China, que se tornou o principal mercado para diversos produtos brasileiros. Ao mesmo tempo, eles mostram uma forte dependência desse

parceiro, especialmente no que diz respeito às exportações, o que torna a relação estratégica, porém assimétrica.

Gráfico 2: Principais origens das importações brasileiras em 2025.



Fonte: Comex stat (2025). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 2 mostra os principais parceiros comerciais do Brasil no que se refere às importações. Nesse sentido, a China aparece como a maior fornecedora, respondendo por uma parcela significativamente superior aos demais países, com participação de 25,20%. Em seguida, vêm os Estados Unidos, com participação de 16,10%, o que confirma a forte dependência brasileira de duas grandes economias para o abastecimento interno. Na sequência, aparecem Alemanha e Argentina, com porcentagens menores, mas ainda relevantes. Os demais parceiros Rússia, Índia, França, Itália, Japão e México apresentam participações mais reduzidas, porém compõem uma base diversificada de fornecedores.

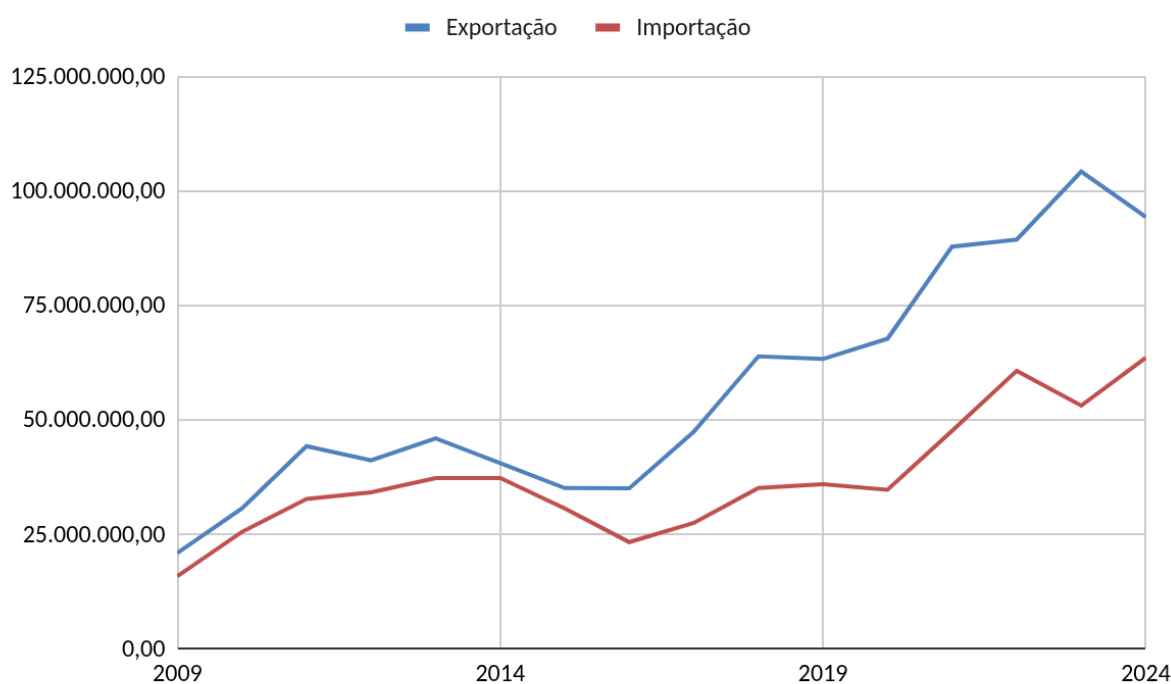
De modo geral, o Gráfico 2 evidencia que o Brasil importa majoritariamente de países com forte base industrial e tecnológica, o que reforça a assimetria estrutural entre a pauta exportadora, baseada em commodities, e a pauta importadora, formada por produtos de maior valor agregado. Essa configuração confirma apontamentos da literatura estruturalista e do neoestruturalismo, que destacam a dependência dos países periféricos em relação ao centro

tecnológico mundial. Evidência ainda mais a sua forte relação comercial com a China, sendo seu principal parceiro comercial de importação e exportação.

#### 4.2- DINÂMICA DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASIL-CHINA

A análise da dinâmica das exportações e importações entre Brasil e China é essencial para compreender como esse relacionamento comercial passou a influenciar diretamente a estrutura produtiva e o desempenho econômico brasileiro.

Gráfico 3- Dinâmica comercial Brasil- China, exportações e importações, em mil US\$, de 2009 a 2024

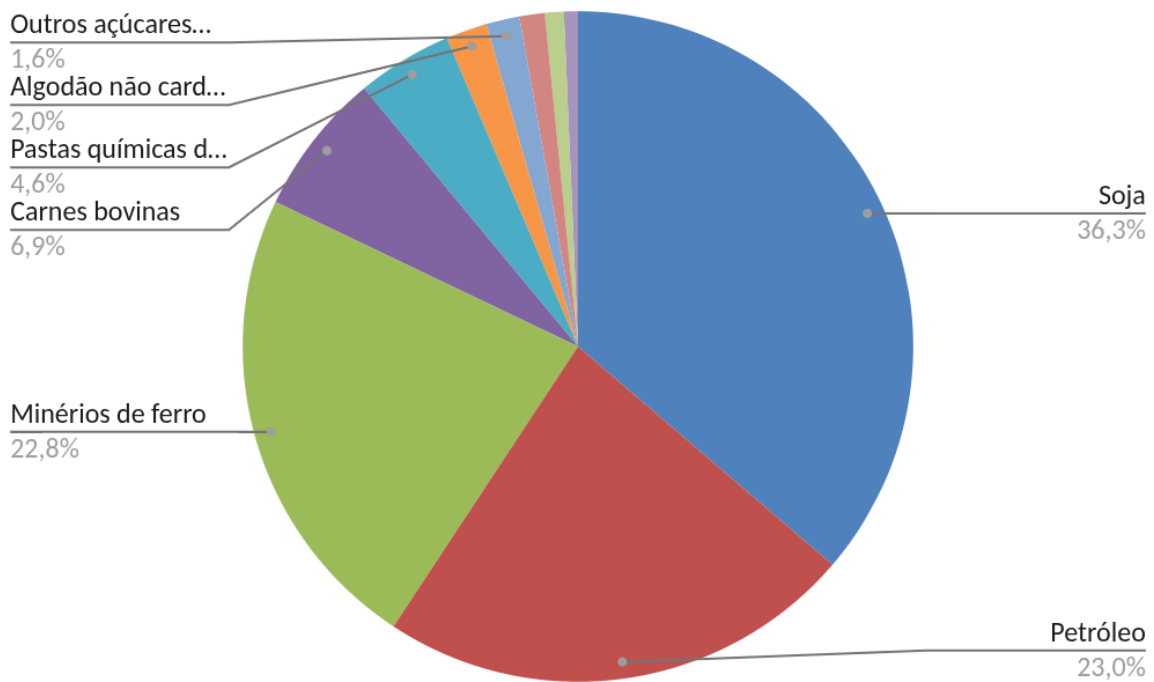


Fonte: Comex stat (2025). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 3 mostra que, ao longo do período, o comércio entre Brasil e China aumentou de forma expressiva. As vendas brasileiras para a China avançam de modo contínuo, acompanhando o maior peso do país asiático no mercado internacional. Já as importações crescem em ritmo também forte, o que reforça a dependência de produtos chineses no abastecimento interno. Essa diferença entre as curvas dialoga com o que a literatura estruturalista aponta sobre relações assimétricas e com as análises de Hiratuka e Sarti (2016),

que mostram como o comércio bilateral se intensifica, mas nem sempre de maneira equilibrada. No conjunto, o gráfico evidencia um crescimento relevante da relação, mas também deixa claro que o Brasil segue ocupando uma posição mais vulnerável dentro dessa dinâmica.

Gráfico 4- Percentual dos principais produtos exportados do Brasil para China em 2024.

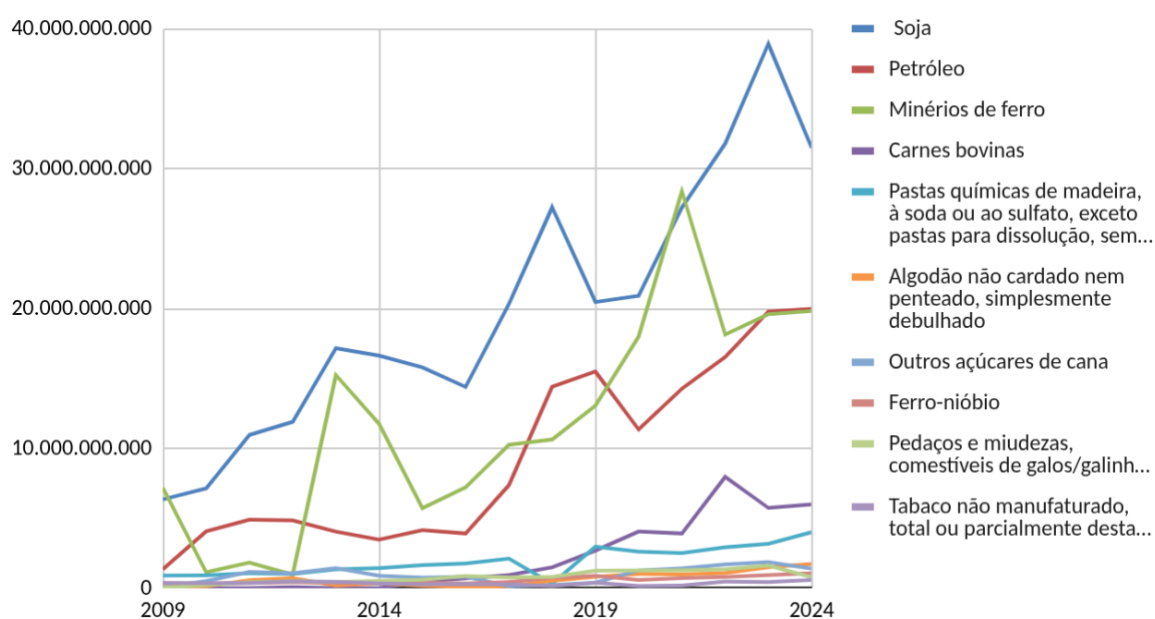


Fonte: Comex Stat (2025). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 4 deixa claro que as exportações brasileiras para a China continuam muito concentradas em poucos produtos, especialmente aqueles ligados ao setor primário. Desse modo, a forte presença de soja, minério de ferro e petróleo reflete exatamente o padrão apontado pela literatura estruturalista: uma pauta pouco diversificada e baseada em bens de baixo valor agregado. Observa-se que, segundo a classificação de intensidade tecnológica da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, com exceção das pastas químicas de madeira e ferro-nióbio (média tecnologia), as demais mercadorias são commodities de baixa tecnologia. Autores como Hiratuka e Sarti (2016) e Libânio (2014) já destacavam essa característica, mostrando que, mesmo com o crescimento do comércio, o Brasil permanece especializado em produtos primários. Essa concentração ajuda a explicar por que a relação

comercial com a China é estratégica, mas, ao mesmo tempo, limitada em termos de complexidade produtiva. Em outras palavras, o Gráfico evidencia que a base das exportações brasileiras continua presa às vantagens comparativas tradicionais, algo que Prebisch e Furtado já apontavam como um desafio estrutural.

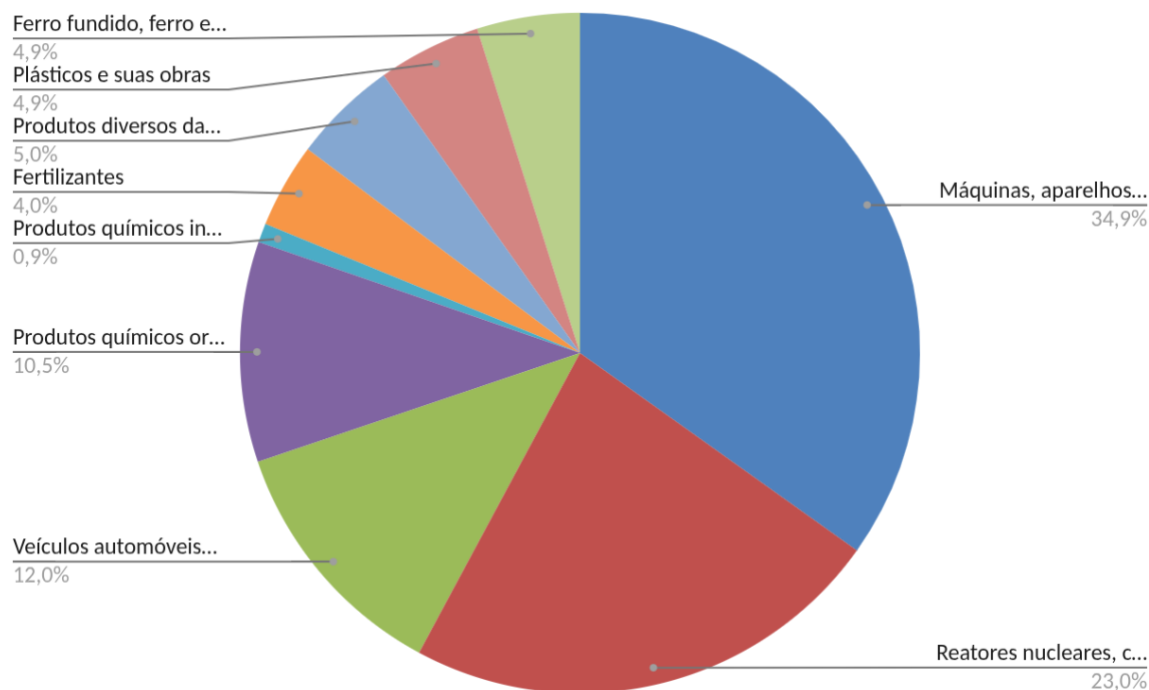
Gráfico 5- Valor dos principais produtos brasileiros exportados para China, em US\$, de 2009 a 2024.



Fonte: Comex stat (2025). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 5 mostra que o crescimento das exportações brasileiras para a China, ao longo dos últimos anos, foi puxado exatamente pelos mesmos produtos que hoje dominam a pauta. Desse modo, o avanço da soja, do minério de ferro e, mais recentemente, do petróleo confirma que o aumento do volume exportado não veio acompanhado de diversificação. Esse comportamento reforça o argumento de Araújo e Diegues (2021), segundo o qual o Brasil ampliou sua presença no comércio internacional, mas permanecendo em setores tecnologicamente simples. Além disso, a estabilidade desse padrão ao longo do tempo dialoga com o que a CEPAL chama de "especialização regressiva": o país cresce vendendo mais, mas vendendo sempre as mesmas coisas. Assim, o gráfico não apenas mostra a evolução do comércio, mas também evidencia que as oportunidades de maior sofisticação produtiva não foram plenamente aproveitadas, mantendo o país em um modelo exportador dependente das oscilações das commodities.

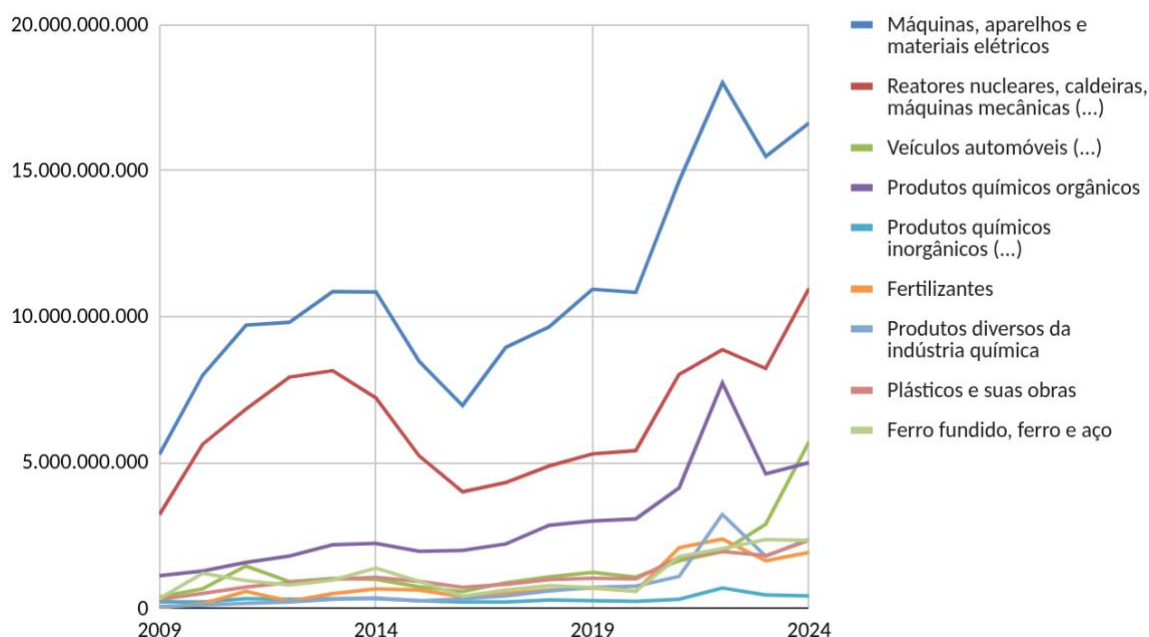
Gráfico 6- Percentual dos principais produtos importados da China para o Brasil, em US\$, 2024.



Fonte: Comex stat (2025). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 6 deixa claro que as importações brasileiras vindas da China se concentram em bens industriais de maior complexidade, especialmente máquinas elétricas, equipamentos mecânicos, veículos e produtos químicos. Esse padrão descreve sobre a inserção subordinada do Brasil na economia internacional. De fato, a maior parte dos produtos importados da China pelo Brasil são de média a alta intensidade tecnológica, especialmente máquinas, equipamentos elétricos, veículos e produtos químicos, evidenciando a forte dependência de insumos tecnológicos e bens de capital chineses. Produtos metalúrgicos e alguns químicos, por sua vez, têm intensidade média ou média-baixa. Becard (2011) mostra que a relação bilateral se consolidou com papéis bem definidos: o Brasil exportando produtos primários e a China fornecendo bens industriais. Da mesma forma, autores como Libânio (2014) destacam que a China assumiu um papel crescente como provedora de bens de capital e insumos estratégicos. Assim, o gráfico reforça que a estrutura das importações brasileiras é coerente com esse diagnóstico: o país depende da China justamente naquilo que demanda maior tecnologia e capacidade industrial, o que aprofunda a distância entre as duas estruturas produtivas.

Gráfico 7- Valor dos principais produtos importados da China para o Brasil, em US\$, de 2009 a 2024.



Fonte: Comex stat (2025). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 7 evidencia que o crescimento das importações não ocorreu de maneira uniforme: os produtos que já tinham maior peso no início do período, especialmente máquinas, aparelhos elétricos e equipamentos mecânicos foram justamente os que mais avançaram ao longo dos anos. Importante notar que se assiste a uma queda das importações entre 2014 e 2016, reflexo principalmente da recessão brasileira e, a partir de 2017, tem-se uma recuperação, acompanhando a melhora das condições internas da economia brasileira, em que se assiste ao aumento da demanda doméstica por bens de capital, bens de consumo, bens intermediários, dentre outros. Além disso, observa-se um movimento importante da China enquanto fornecedora de produtos industriais e insumos diversos.

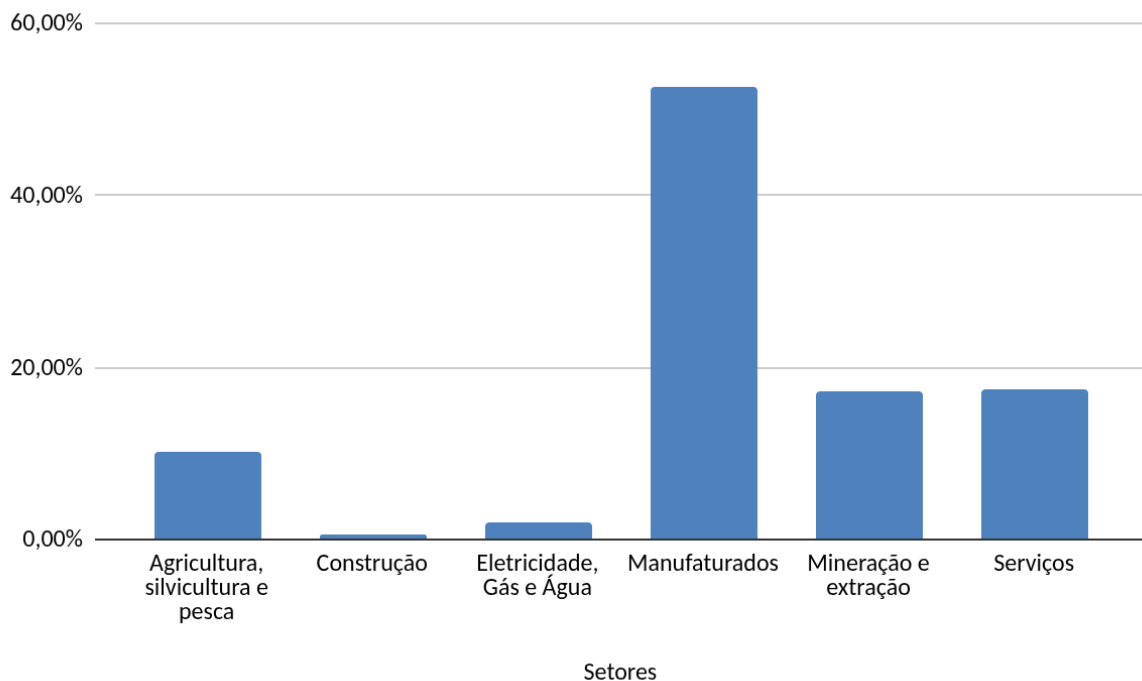
Essa trajetória revela que a dependência brasileira de insumos e tecnologia chinesa não é algo pontual, mas uma tendência que se consolidou de forma contínua desde o fim dos anos 2000. O comportamento das curvas também ajuda a entender a assimetria estrutural da relação bilateral: à medida que o Brasil aprofunda sua especialização em commodities, passa a demandar ainda mais máquinas, componentes eletrônicos e bens de capital chineses para suprir déficits industriais internos. Assim, o gráfico evidencia que a China ocupa um papel central na oferta de bens de maior valor agregado que sustentam grande parte do parque industrial

brasileiro, reforçando uma dependência tecnológica que não é recente, mas vem se consolidando ao longo dos anos.

#### 4.3- PARTICIPAÇÃO BRASIL- CHINA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALORES

A compreensão da participação de Brasil e China nas Cadeias Globais de Valor é importante porque mostra não apenas o que cada país exporta ou importa, mas como eles se inserem nas etapas de produção que circulam pelo mundo. Esses indicadores ajudam a identificar quanto cada economia depende de insumos vindos do exterior e quanto contribui, de fato, para o valor final dos produtos que entram no comércio internacional. A partir dessa perspectiva, é possível observar diferenças e aproximações na forma como Brasil e China se articulam nessas cadeias produtivas. Os gráficos apresentados a seguir permitem visualizar essas dinâmicas ao longo do tempo e entender melhor o papel de cada país nesse processo.

Gráfico 8 : Participação intermediária (*Two-sided*) do Brasil nas Cadeias Globais de valores, por Setores, 2024

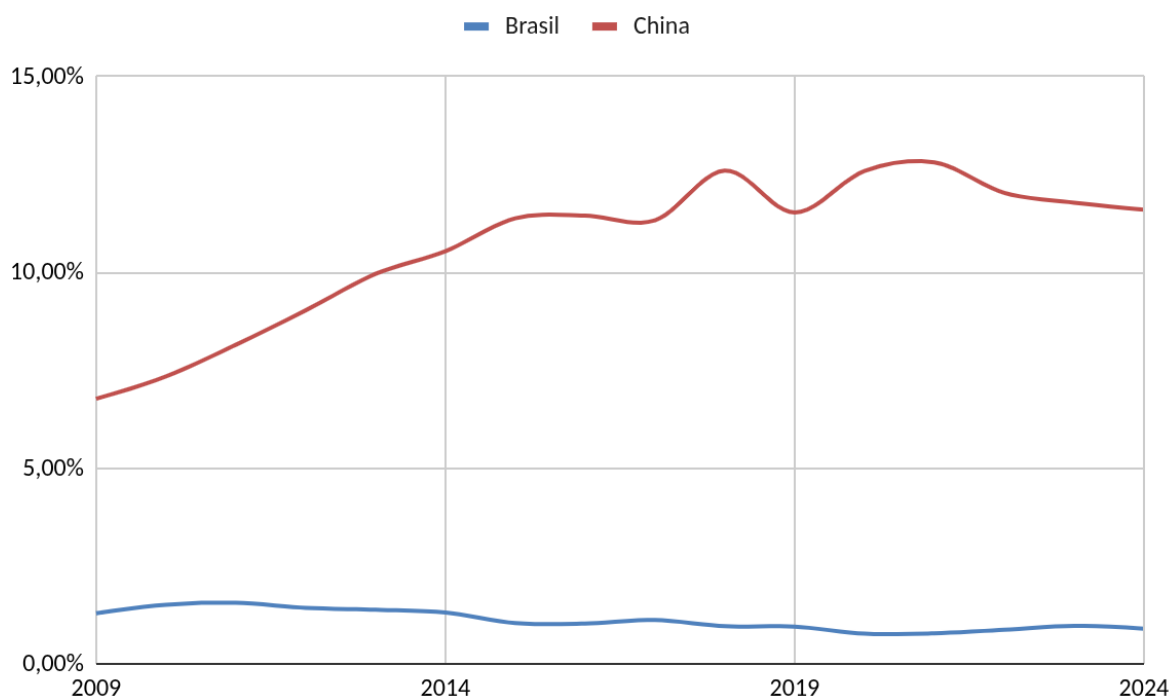


Fonte: Banco Mundial (2025). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 8 representa o indicador *Two-Sided GVC Participation*, que mensura o grau de participação dos setores nas etapas intermediárias das Cadeias Globais de Valor. Em outras

palavras, evidencia parcela da produção que utiliza insumos importados e a exportação de produtos intermediários. Ao observar os dados, nota-se que os setores com maior presença no indicador são aqueles ligados à manufaturas, mineração e serviços. Mas é importante salientar que, no caso da manufatura, essa posição elevada ocorre principalmente porque a indústria brasileira é fortemente dependente de insumos importados, e não porque exporta componentes industriais de maior sofisticação ou complexidade tecnológica. Desse modo, esses segmentos aparecem com valores elevados porque combinam dois movimentos simultâneos: de um lado, o Brasil exporta insumos primários que são incorporados em etapas produtivas no exterior (participação para frente); de outro, a indústria nacional utiliza insumos importados, sobretudo chineses em suas exportações (participação para trás). Assim, mesmo medindo a inserção total (forward + backward), observa-se um padrão consistente com a literatura: a integração brasileira ocorre de forma limitada e concentrada em segmentos de menor valor agregado e com maior presença no chamado “índice para frente” (Ferreira, 2015).

Gráfico 9: Participação nas Cadeias Globais de Valores de 2009 a 2024: Brasil e China



Fonte: Banco Mundial (2025). Elaborado pelo autor.

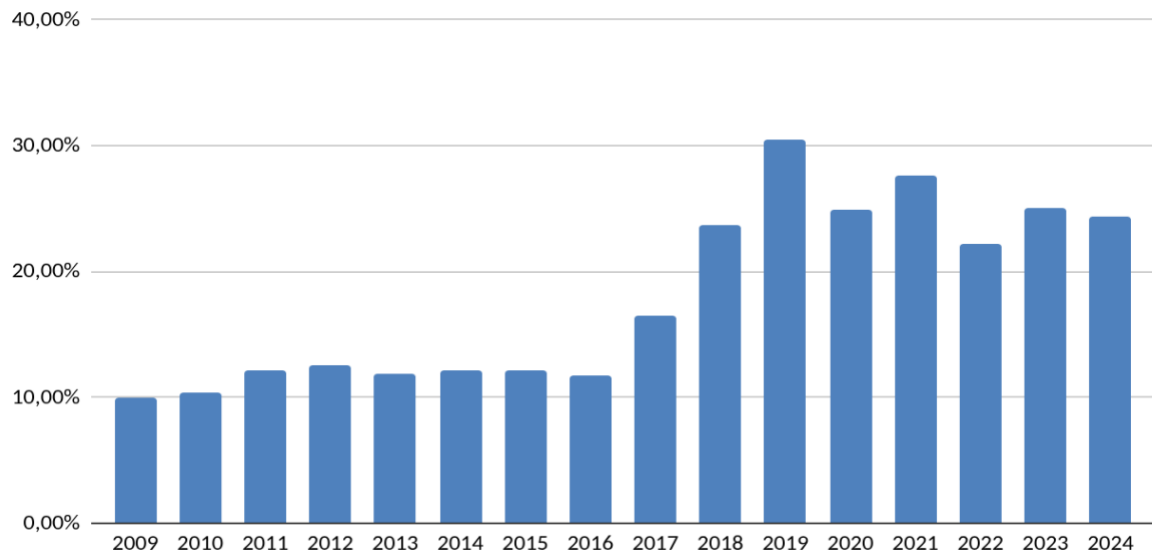
Ao comparar a participação de Brasil e China nas Cadeias Globais de Valor entre 2009 e 2024, percebe-se uma diferença significativa entre as duas trajetórias. A China apresenta

níveis muito mais elevados de participação total (a título de ilustração 7,34% em 2010 e 10,60 % em 2024), resultado de sua forte integração às etapas mais complexas da produção mundial, especialmente nos setores de média-alta e alta tecnologia. O país combina intensa utilização de insumos importados (participação para trás) com grande capacidade de exportar componentes incorporados em bens produzidos no exterior (participação para frente), consolidando-se como um dos principais países das cadeias globais.

O Brasil, por outro lado, exibe uma participação bem inferior ao longo de todo o período, 1,51% em 2010 e 0,90 % em 2020, por exemplo. Embora esteja presente nas CGVs, sua inserção é mais restrita e concentrada em setores de menor sofisticação, principalmente ligados à exportação de produtos primários e de baixo valor agregado. Portanto, isso faz com que sua participação total seja reduzida não apenas em comparação com a China, mas também com outros países emergentes. A baixa integração da indústria de transformação e a limitada utilização de insumos importados em setores tecnológicos contribuem para essa defasagem.

Assim, o distanciamento entre as curvas de Brasil e China evidencia dois caminhos distintos: enquanto a economia chinesa se tornou cada vez mais central nas cadeias globais, avançando em complexidade e diversificação produtiva, o Brasil manteve um padrão de inserção periférico e pouco dinâmico. Com isso, esse cenário confirma o diagnóstico presente na literatura, que destaca a crescente assimetria entre as duas economias e os desafios brasileiros para ampliar sua participação em segmentos de maior valor agregado (Araújo & Diegues, 2021; Hiratuka e Sarti, 2016; Porto et al., 2017).

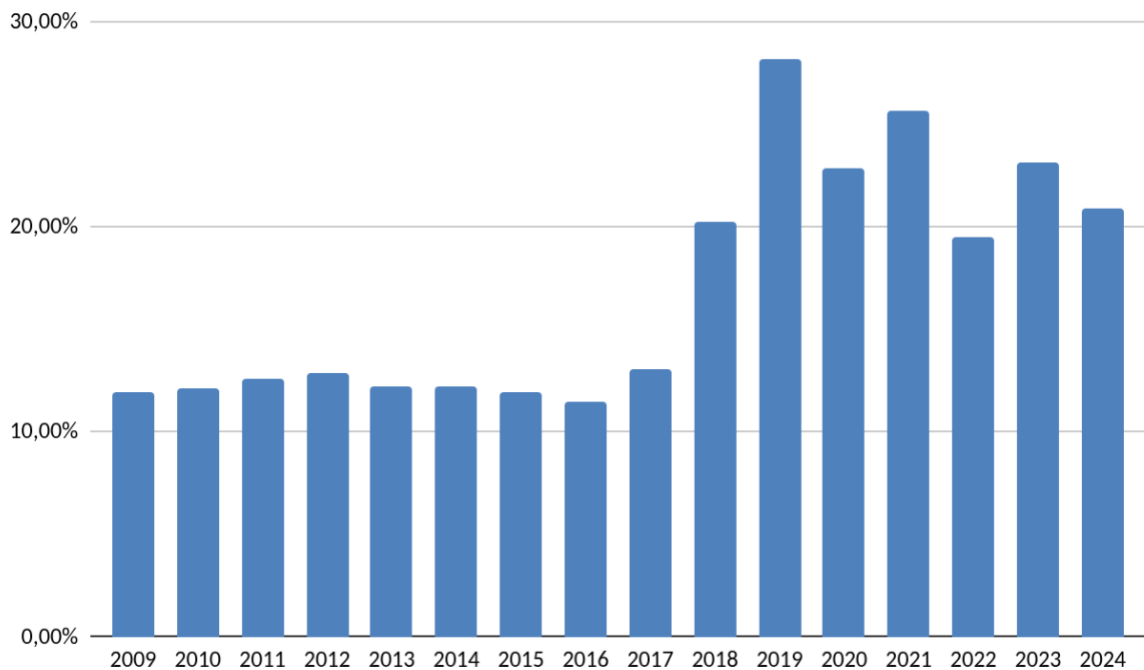
Gráfico 10: Percentual do valor exportado pelo Brasil (*Backward Participation*) que contém insumos chineses entre 2009 e 2024.



Fonte: Banco Mundial (2025). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 10 evidencia a participação relativa dos insumos chineses nas exportações brasileiras, no período 2008-2024. Com base nos dados apresentados, a dinâmica revela dois momentos. No primeiro, que vai de 2009 até 2016, assiste-se a um crescimento moderado, em que a participação saiu de 9,89 % em 2009 e atingiu cerca de 12% em 2016. A partir de 2017, tem-se um crescimento expressivo, evidenciando que a China não só aumentou as exportações para o Brasil ao longo do período (Gráfico 7), como se tornou importante fornecedora de insumos. Não menos importante destacar que esses insumos chineses vão desde máquinas agrícolas, fertilizantes, equipamentos e maquinários utilizados na produção de commodities até componentes eletrônicos e peças industriais usadas em setores mais complexos, como a indústria automotiva e aeronáutica.

Gráfico 11: Percentual de conteúdo brasileiro (*Forward Participation*) nas exportações chinesas de 2009 a 2024.



Fonte: Banco Mundial (2025). Elaborado pelo autor.

O Gráfico 11 apresenta um comportamento muito semelhante ao Gráfico 10, com valores estáveis até 2017 e próximos ao mesmo percentual. Entretanto existe uma diferença importante. Na *Backward Participation* (Gráfico 10), a China fornece, em parte, insumos industriais e mais tecnológicos que entram nas exportações brasileiras. Por outro lado, na *Forward Participation* (Gráfico 11), o Brasil fornece commodities básicas que a China transforma e exporta, mas com valor agregado mais baixo. Dessa forma, o comércio bilateral Brasil-China mostra que o Brasil depende de insumos industriais e tecnológicos da China para produzir suas exportações, principalmente commodities e alguns produtos industriais, enquanto fornece à China produtos de menor valor agregado, evidenciando uma relação desigual no que diz respeito às cadeias globais de valor.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas ao longo deste trabalho, é possível perceber que a relação comercial entre Brasil e China, apesar de sua relevância crescente, acaba reforçando o padrão histórico de especialização primária da economia brasileira. Embora o comércio entre os dois países tenha aumentado de forma expressiva nas últimas décadas, o Brasil continua ampliando suas exportações principalmente por meio de produtos agrícolas e minerais. A China, por sua vez, mantém e aprofunda seu papel como fornecedora de manufaturas com maior conteúdo tecnológico, o que aparece tanto nos dados agregados quanto nos gráficos que comparam o grau tecnológico das exportações e importações. Assim, enquanto o Brasil segue exportando bens de baixa intensidade tecnológica, importa justamente aqueles que exigem maior complexidade produtiva.

Além disso, os indicadores de participação nas Cadeias Globais de Valor ajudam a entender melhor essa assimetria. Desse modo, os resultados apontam para uma dependência crescente de componentes industriais e tecnológicos vindos da China. Por outro lado, quando se observa a parcela de insumos brasileiros incorporados nas exportações chinesas, o padrão se mantém estável e gira em torno dos mesmos percentuais, mas com uma composição totalmente distinta: enquanto o Brasil importa da China máquinas, equipamentos e insumos de maior complexidade para viabilizar sua própria produção, exporta para a China essencialmente commodities que serão transformadas antes de serem reexportadas. A análise dos resultados mostra que o Brasil avança pouco em atividades de maior valor agregado e segue integrado às cadeias globais pelas etapas iniciais, ao passo que a China ocupa posições industriais mais densas e tecnologicamente sofisticadas. Esse descompasso confirma que, apesar do aumento do comércio bilateral, a dinâmica das cadeias de valor tem reforçado a dependência tecnológica brasileira e ampliado a distância entre os dois países em termos de complexidade produtiva.

Diante desse quadro, é evidente que o Brasil enfrenta desafios importantes. Em um contexto internacional marcado pela transição energética, por inovações digitais e por cadeias produtivas cada vez mais disputadas, o país corre o risco de permanecer limitado a uma posição periférica. A baixa diversificação industrial, os níveis ainda modestos de investimento em inovação e a dificuldade de consolidar setores competitivos de maior valor agregado acabam ampliando essa vulnerabilidade. Somados, esses fatores dificultam que o Brasil dispute espaços mais estratégicos na nova economia global.

Apesar disso, a relação com a China também revela oportunidades que não podem ser ignoradas. O comércio bilateral gera divisas, contribui para superávits e movimentar áreas fundamentais da economia nacional. O desafio, portanto, não está em reduzir essa relação, mas em torná-la mais estratégica, fortalecendo a indústria doméstica, diversificando a pauta exportadora e aproveitando o comércio com a China de maneira a impulsionar setores de maior complexidade.

Em síntese, os resultados mostram que o Brasil precisa criar condições internas mais sólidas para ampliar sua participação nas cadeias globais de valor. Isso envolve políticas industriais consistentes, maior investimento em ciência e tecnologia, coordenação entre Estado e setor produtivo e uma estratégia clara de diversificação econômica. Sem essas iniciativas, o país tende a manter sua inserção em atividades de menor sofisticação, enquanto outras economias como a própria China avançam em segmentos de maior valor agregado. Por fim, estudos futuros podem aprofundar a análise, explorando os efeitos da reprimarização, da doença holandesa, das variações cambiais e dos custos sistêmicos sobre a competitividade industrial brasileira.

## REFERÊNCIAS

ACORSI, Clédina Regina Lonardan; GUEDES, Terezinha Aparecida; JANEIRO, Vanderly; MARTINS, Ana Beatriz Tozzo. **Aprender fazendo estatística: estatística descritiva**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

AFONSO, Damares Lopes; DE ANDRADE BASTOS, Suzana Quinet; PEROBELLI, Fernando Salgueiro. Latin America and China: mutual benefit or dependency?. **Cepal Review**, v. 2021, n. 135, p. 147–162, 2022.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. Recorte aqui: O programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres. [Brasília, DF]: **AEB**, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/aeb/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/material\\_educacional/CBERSA2OUT2021.pdf](https://www.gov.br/aeb/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/material_educacional/CBERSA2OUT2021.pdf). Acesso em: 10 dez. 2025.

ALMEIDA, Beliza Borba de; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O Estruturalismo Cepalino: Subdesenvolvimento, Progresso Técnico e Industrialização. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador-BA, v. 1, n. 51, p. 107-126, jan./abr. 2022.

ALVES, L. R. **Termos de Troca e Crescimento Econômico: Uma Análise da Economia Brasileira no Período 1950–2010**. 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

ARAÚJO, Caroline Giusti de; DIEGUES, Antônio Carlos. **Brasil e China: os descaminhos da inserção nas cadeias globais de valor**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 406, mar. 2021.

BASTOS, V. P. Termos de troca e ganhos de comércio: uma avaliação para a economia brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 5–27, jan./abr. 2015.

BAUMANN, R.; ARAUJO, R.; FERREIRA, J. As relações comerciais do Brasil com os demais BRICs. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e os demais BRICs: comércio e política**. Brasília: CEPAL; Ipea, fev. 2010.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. suplementar, p. 31–44, nov. 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 13–68.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MOTA, Fernando (orgs.). Brasília: **CEPAL/Ipea**, 2012. p. 13–48.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vinte anos de Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: volume II**. Rio de Janeiro: CEPAL / Record, 2010. p. 831–871.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1–74, 11 jan. 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Organizador). **Doença holandesa e indústria.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 7–28, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e competição:** por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. São Paulo: Alta Books, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Novo desenvolvimentismo - um segundo momento do estruturalismo latino-americano. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, n. 1, 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, v. 20, n. 3, p. 5–24, jul./set. 2006.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CARNEIRO, Flávio Lyrio. Fragmentação internacional da produção e cadeias globais de valor. In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio; SILVA FILHO, Edison Benedito da (Org.). **Cadeias Globais de Valor, Políticas Públicas e Desenvolvimento.** Brasília: Ipea, 2017. p. 87-120.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.** Santiago do Chile: Nações Unidas, 1950.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990.** Santiago do Chile: Nações Unidas, 1990.

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches.** 4th ed. Thousand Oaks: SAGE, 2013. 273 p.

FAJNZYLBBER, Fernando. **La industrialización trunca de América Latina.** México: Nueva Imagen, 1983.

FERREIRA, Jonathan Dias; SCHNEIDER, Mirian Beatriz. As cadeias globais de valor e a inserção da indústria brasileira. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 23, p. 106–128, set. 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007 [1959].

GALA, Paulo. **Complexidade econômica:** uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The governance of global value chains. **Review of International Political Economy**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 78–104, fev. 2005. DOI: 10.1080/09692290500049805.

GEREFFI, Gary; LIM, Hyun-Chin; LEE, Joonkoo. Trade policies, firm strategies, and adaptive reconfigurations of global value chains. **Journal of International Business Policy**, v. 4, n. 4, p. 506, 2021.

GROSSE, Robert; GAMSÖ, Jonas; NELSON, Roy C. China's rise, world order, and the implications for international business. **Management International Review**, v. 61, n. 1, p. 1–26, 2021.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 84–98, jan. 2016.

JAYME JR., Frederico G.; RESENDE, Marco Flávio da Cunha. Crescimento econômico e restrição externa: teoria e a experiência brasileira. In: MICHEL, Renaut; CARVALHO, Leonardo (org.). **Crescimento econômico: setor externo e inflação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. p. 9–34.

JONES, Ronald W.; KIERZKOWSKI, Henryk. **A framework for fragmentation**. Tinbergen Institute Discussion Paper, n. 00-056/2, Amsterdam/Rotterdam, 2000. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10419/85411>

KRUGMAN, Paul R. Increasing returns, monopolistic competition and international trade. **Journal of International Economics**, v. 9, n. 4, p. 469-479, 1979.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

LIBÂNIO, Gilberto. O comércio Brasil-China em perspectiva regional: análise e implicações para o desenvolvimento. In: ANPEC – ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XL, 2014. **Anais**.

LIVRAMENTO, A. **O neoestruturalismo latino-americano e seus desdobramentos**. 2019.

MELITZ, Marc J.; REDDING, Stephen J. Heterogeneous firms and trade. In: GOPINATH, Gita; HELPMAN, Elhanan; ROGOFF, Kenneth (org.). **Handbook of International Economics**. Amsterdam: Elsevier, 2014. v. 4, p. 1–54.

MELITZ, Marc J. **The impact of trade on intra-industry reallocations and aggregate industry productivity**. *Econometrica*, v. 71, n. 6, p. 1695–1725, 2003.

MISSIO, F. J. **Câmbio e crescimento na abordagem keynesiana-estruturalista**. 2012. 291 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

NASSIF, André. **Desenvolvimento e estagnação: o debate entre desenvolvimentistas e liberais neoclássicos**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

NDUBUISI, Gideon; OWUSU, Solomon. How important is GVC participation to export upgrading?. **The World Economy**, v. 44, n. 10, p. 2887–2908, 2021.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 2, p. 88–106, 2010.

OREIRO, José Luis. **A armadilha juros-câmbio: a continuidade do desequilíbrio macroeconômico brasileiro**. 2012.

PINTO, Eduardo Costa; FIANI, Ronaldo; CORRÊA, Ludmila Macedo. Dimensões da abordagem da cadeia global de valor: upgrading, governança, políticas governamentais e propriedade intelectual. In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio; SILVA FILHO, Edison Benedito da (Org.). **Cadeias Globais de Valor, Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2017. p. 49-85.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

PREBISCH, Raúl. **The economic development of Latin America and its principal problems**. New York: United Nations, 1950.

RICARDO, David. **Os economistas: princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SÁ PORTO, Paulo Costacurta de; CANUTO, Otaviano; MOTA, Arthur Augusto Lula. **As possibilidades de inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**. Gepec, Toledo, v. 2, n. 7, p. 10-27, jan./jun. 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Volume I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996

TEIXEIRA, Diéli et al. **Teoria das vantagens comparativas: trabalho apresentado no curso de graduação de Fundamentos de Negócios Internacionais na Faculdade e Colégio ESIC Business & Marketing**. *Journal of Media Critiques*, v. 10, n. 25, p. 1–12, 2024. DOI: 10.17349/jmcev10n25-002.

TIMMER, Marcel P.; LOS, Bart; STEHRER, Robert; VRIES, Gaaitzen J. de. **Fragmentation, incomes and jobs: an analysis of European competitiveness**. *Economic Policy*, v. 28, n. 76, p. 613–661, 2013.